

CURRICULUM VITAE



- Nome: VASCO ANTÓNIO GRANDÃO RAMOS
- Nasceu: Em 19 de Janeiro de 1936
- Nacionalidade: Portuguesa
- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 1959.
- Veio para Angola com 26 anos de idade
- É professor titular da Faculdade de Direito da UAN, onde, desde 1979, é docente. Rege, hoje, as cadeiras de Direito Processual Penal e Direito Penal II.
- Ingressou na magistratura em 1960, em Portugal.
- Foi o primeiro Conservador do Registo Civil do Huambo.
- Passou a dedicar-se ao exercício da advocacia em 1968.
- Com a Independência de Angola, regressou à magistratura do Ministério Público.
- Foi, depois, nomeado juiz do Tribunal do Trabalho de Luanda e, em 1982, juiz Desembargador do Tribunal da Relação, cargo que exerceu até à tomada de posse dos primeiros juízes Conselheiros do Tribunal Supremo, em 1990.
- Foi durante anos, assessor jurídico do Ministério da Justiça. A quem, ainda hoje, presta colaboração.
- É autor de obras de direito (Lições de Direito Penal, 1982; Lições de Direito Penal, 1983; Código do Processo Penal e Legislação Complementar: Organização e Notas, 1994; Direito Processual Penal: Noções Fundamentais 1995; Justiça Laboral: Normas de Procedimento, 1983, Justiça Laboral: Formulário 1983) e de artigos jurídicos publicados, em particular, na Revista da Ordem dos Advogados, onde está inscrito como advogado, e na Revista da Faculdade de Direito da UAN, de que é redactor e responsável pela respectiva publicação.

- Participou na elaboração de numerosos projectos legislativos, no domínio da justiça, mas também do Direito do Trabalho, do Direito Administrativo, do Direito Registral, do Direito Comercial, Arbitragem, entre outros.
- É membro da Comissão Técnica que procedeu ao estudo da reforma penal e redigiu o Anteprojecto do Código Penal.
- Coordena a Comissão encarregada dos trabalhos com vista à reforma da legislação processual penal angolana e à publicação de um novo Código do Processo Penal.
- Integrou as delegações angolanas à Conferência de Roma que elaborou o Estatuto do Tribunal Penal Internacional e à respectiva Comissão Preparatória que, em Nova York, sobre a égide da ONU, elaborou os regulamentos necessários à implementação do TPI.
- Integra o grupo encarregado da reforma fiscal;
- Tem participado, a convite do Ministério da Justiça, em diversos seminários e reuniões internacionais, em particular, sobre matérias do domínio da prevenção criminal e da justiça penal, do crime transnacional organizado e do crime de agressão.

Luanda, 06 de Dezembro de 2010